



TEMÁTICA

Juventudes Rurais e Epagri: experiências no Oeste catarinense

*Kummer, Rodrigo**

Resumo

O presente artigo é uma análise das atividades de extensão rural com juventudes rurais no Oeste de Santa Catarina no âmbito da atuação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri. A pesquisa tem como objetivo compreender as possibilidades e os efeitos do desenvolvimento de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural especificamente orientadas para o público dos jovens rurais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória organizada por meio de entrevistas com agentes públicos da Epagri e com jovens atendidos por suas ações institucionais, preponderantemente cursos específicos para esse público. Além disso, apresenta-se também relatos de acompanhamento dessas atividades. Os resultados indicam a existência de uma perceptível influência das atividades da Epagri em processos de permanência de jovens no meio rural, considerando a contribuição na melhoria de processos técnicos e, sobretudo, na gestão de conflitos e construção de projetos de vida ajustados as conjunturas e percepções dos atores sociais. Significa dizer que a assistência prestada contribuiu para a melhoria das condições decisórias dos jovens. Não é, efetivamente, uma condição definitiva, mas uma importante contribuição em meio as demais políticas públicas vigentes. Depreende-se disso a necessidade de serem fortalecidos os mecanismos de assessoria técnica e de extensão rural públicas, gratuitas e de qualidade como elementos constitutivos das políticas públicas rurais em âmbito universal, com acesso ampliado e com protagonismo dos atores sociais implicados.

Palavras-chave: juventudes rurais; extensão rural; Epagri

Procedencia: Artículo resultante de la tesis doctoral «Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina», defendida en el Programa de Posgrado en Desarrollo, Agricultura y Sociedad de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Recibido el 5/9/2025, aprobado el 26/7/2025 y publicado el 11/8/2025.

DOI: <https://doi.org/10.33255/3674/2318>

Autoría: *Departamento de Humanidades da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Francisco Beltrão.

Contacto: rodrigokummer@utfpr.edu.br



Rural youth and Epagri: experiences in western Santa Catarina

Abstract

This article analyzes rural extension activities directed at rural youth in the western region of Santa Catarina, within the scope of the operations carried out by the Agricultural Research and Rural Extension Company of Santa Catarina – Epagri. The study seeks to understand the potential and impacts of public policies aimed at technical assistance and rural extension, specifically tailored to the needs of rural youth. Methodologically, the research adopts an exploratory approach, employing interviews with Epagri public agents and young individuals who have participated in its institutional activities, primarily through targeted courses designed for this demographic. Furthermore, the study incorporates observational accounts of these activities. The findings reveal a discernible impact of Epagri's initiatives on encouraging young people to remain in rural areas, particularly through improvements in technical processes and, crucially, in the management of conflicts and the formulation of life projects aligned with the specific contexts and perceptions of the social actors involved. This assistance enhances young people's decision-making capacities, representing a significant, albeit not definitive, contribution alongside other existing public policies. These findings underscore the need to strengthen mechanisms for public, free, and high-quality technical assistance and rural extension as integral components of universal rural public policies, ensuring expanded access and fostering the active participation of the implicated social actors.

Keywords: rural youth; rural extension; Epagri

Juventud rural y Epagri: experiencias en el occidente catarinense

Resumen

Este artículo analiza las actividades de extensión rural con jóvenes rurales en el oeste de Santa Catarina, en el ámbito de la Corporación de Investigación Agropecuaria y Extensión Rural de Santa Catarina (Epagri). La investigación busca comprender las posibilidades y los efectos del desarrollo de políticas públicas de asistencia técnica y extensión rural dirigidas específicamente a la juventud rural. Metodológicamente, se trata de un estudio exploratorio organizado mediante entrevistas con funcionarios de Epagri y jóvenes atendidos por sus iniciativas institucionales, predominantemente cursos específicos para esta población. Además, se presentan informes de seguimiento de estas actividades. Los resultados indican una notable influencia de las actividades de Epagri en la permanencia de los jóvenes en las zonas rurales, considerando su contribución a la mejora de los procesos técnicos y, sobre todo, a la gestión de conflictos y

al desarrollo de proyectos de vida adaptados a las circunstancias y percepciones de los actores sociales. Esto significa que la asistencia prestada contribuye a mejorar la capacidad de toma de decisiones de los jóvenes. No se trata, de hecho, de una condición definitiva, sino de una importante contribución en el marco de otras políticas públicas vigentes. Esto implica la necesidad de fortalecer la asistencia técnica pública, gratuita y de calidad, y los mecanismos de extensión rural como elementos esenciales de las políticas públicas rurales universales, con un acceso ampliado y el protagonismo de los actores sociales involucrados.

Palabras clave: juventud rural; extensión rural; Epagri

Introdução

A juventude rural ocupa um lugar estratégico no debate sobre o futuro do campo brasileiro, especialmente diante dos desafios relacionados à sucessão familiar, à permanência no meio rural e à construção de trajetórias de vida viáveis fora dos grandes centros urbanos. No contexto do Oeste catarinense, esse debate adquire contornos específicos, marcados por dinâmicas socioproductivas particulares e por uma longa trajetória de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Entre as instituições protagonistas nesse cenário, destaca-se a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), cuja atuação junto às juventudes rurais tem promovido iniciativas direcionadas à formação técnica, ao fortalecimento da identidade camponesa e à ampliação da capacidade decisória dos jovens no campo.

A presente pesquisa busca analisar o papel e os efeitos da atuação da Epagri no processo de permanência de jovens no meio rural da região Oeste catarinense. Entende-se que essa atuação faz parte do conjunto de políticas públicas voltadas aos jovens rurais, neste caso, especificamente no campo da assistência técnica e da extensão rural. Embora não seja o público-alvo, os jovens rurais vêm ocupando cada vez maior espaço nas atividades propostas pela Epagri no Estado de Santa Catarina.

Utilizou-se como base empírica o processo de acompanhamento das atividades da Epagri, entrevistas com jovens rurais e com extensionistas e pesquisadores que atuam nesse campo. Esses dados foram cotejados com base na bibliografia especializada no tema.

O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira apresenta um debate sobre a importância dos processos de permanência dos jovens no meio rural. Na segunda parte debate-se a questão da juventude rural em relação ao lócus de pesquisa, isto é, a região Oeste de Santa Catarina. Na terceira parte analisam-se as ações da Epagri em relação aos jovens rurais, sob o olhar institucional. Na quarta e última parte são cotejadas impressões e experiências de jovens rurais que participam das atividades junto à Epagri.

A problemática da permanência de jovens no meio rural

A juventude é antes de uma categoria epistemológica, uma categoria social, acionada como uma fase ou período de vida. Como tal, carrega as definições de senso comum ligadas a um processo de transição, donde se distancia da infância e adolescência e se aproxima da vida adulta. Como um laboratório

de experiências e iniciações, a juventude é configurada por um caráter de «vir a ser».

Por outro lado, como uma categoria analítica no seio das ciências sociais, a juventude é tratada por sua polissemia e ambivalência. Para além de um recorte etário, ela é abordada como um momento de múltiplas vinculações. Não se trata de uma juventude em si, mas de várias juventudes que são compostas pelos diversos processos de sociabilidade a que estão inseridas.

A juventude tem se evidenciado nos estudos sobre problemas urbanos, principalmente em relação à violência e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, várias outras faces tornam-se objeto de atenção das ciências humanas, principalmente aquelas que trazem à tona processos de empoderamento e de identificação. Ocupam a cena acadêmica pesquisas que discutem os problemas e demandas dos jovens negros, indígenas, homossexuais, das mulheres e, também, dos jovens rurais, quilombolas, acampados, assentados, entre outros. Há uma seara ampliada de debates em curso.

No caso das juventudes rurais, as análises estão vinculadas –preponderantemente– aos processos de migração (ruptura) e de permanência. A permanência de jovens no campo, como objeto de estudo, se justifica pela existência de uma tendência histórica desse grupo à saída, ao êxodo rural. Todavia, mesmo que o movimento populacional de saída seja verificado, a permanência também o é e tem demonstrado crescimento, particularmente nas últimas duas décadas (Valadares et al., 2016).

A permanência dos jovens no meio rural se revela importante não por ser um comportamento novo, ou algo extraordinário. É um comportamento comum e bem conhecido. Porém, na atualidade, a saída ainda é a ação mais esperada. Se antes a saída era paradoxal e precisava de maiores explicações, hoje é a permanência que carece de melhores definições. Essa questão se coloca como uma chave interpretativa das relações sociais estabelecidas nos espaços rurais.

Quando se trata do conjunto de estudos acadêmicos relativos à juventude rural, predominam as abordagens sobre as questões do êxodo desses sujeitos. Percebe-se que boa parte das análises que dão conta do entendimento do êxodo partem do pressuposto de uma necessária e automática adequação desses indivíduos à vida urbana. Assim como profetizam a consequente falência do sistema de agricultura familiar e camponesa. Ou, por outro lado, defendem que estes jovens devam permanecer no meio rural, retomando a ideia de «fixar o homem no campo».

Por seu turno, as análises que abarcam os processos de permanência dos jovens no campo ainda são pouco expressivas. Há um arcabouço de discussão

por se construir. O «ficar» em relação ao «sair» não é um fato essencialmente novo de pesquisa, mas é uma realidade social latente por explicações. É uma necessidade para compreender a real dimensão do rural brasileiro que está constituído e, prioritariamente, por se constituir. Sem problematizar as demandas e as dinâmicas desses atores sociais, perde-se uma grande oportunidade de fomentar uma lacuna estratégica e proeminente: a segurança alimentar, ambiental e social.

A análise desenvolvida aqui relaciona-se, mais detidamente aos processos de permanência de jovens no meio rural da região Oeste de Santa Catarina. Ainda que baseada no tempo presente, articula-se com os processos históricos da colonização da região e nos mecanismos de sucessão e reprodução da agricultura familiar.

Jovens rurais e permanência na Região Oeste de Santa Catarina

A região Oeste de Santa Catarina é tipicamente uma área de aspectos e de paisagem rural. Caracteriza-se pela prevalência de pequenas unidades agrícolas familiares. Situa-se entre a divisa com a Argentina a Oeste, com o Rio Grande do Sul ao Sul, com o Paraná ao Norte e com a Região Serrana e Região Norte ao Leste. Compõe, atualmente, uma população aproximada de 1,2 milhões de habitantes dispersos numa área de 27.288, 763 Km².

Ressalta-se que essa região foi palco de embates sociais pelo domínio do território, resultando na supremacia de um projeto colonizador que subjuguou e exterminou populações originárias como povos indígenas (*Kaingang* e *Xokleng*) e os caboclos. A partir da década de 1920, a ocupação oficial das terras fomentou uma prática de agricultura familiar e camponesa, baseada na autossuficiência e que, posteriormente, se tornou comercial. Os colonos, em geral migrantes teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, vindos do Estado do Rio Grande do Sul, reproduziam no Oeste catarinense um modo de vida ligado à busca pela terra.

As áreas de colonização no Rio Grande do Sul verificavam-se saturadas e a sucessão familiar ficava ameaçada. A migração, portanto, servia à recondução ao processo de obtenção de terra e redistribuição aos filhos homens. O *modus operandi* dos colonos compunha-se em aumentar, sempre que possível, a área explorada e aumentar o patrimônio familiar.

Essas famílias buscavam ocupar novas áreas sempre que a família crescia e mantinham em curso um mecanismo de reprodução baseado na migração e abertura de novas frentes agrícolas. Segundo Radin, a colonização do Oeste catarinense representava uma prática de «levar a “ordem”, a “civilização”, e o

“progresso” a essa região» (2009, p. 13). Na década de 1970, com a modernização do campo, várias delas se viram compelidas a abandonar a atividade. Dessa época em diante, com maiores ou menores índices, o êxodo rural foi uma constante, arrefecendo a partir de meados de década de 2000.

No entanto, na última década o problema é manter sucessores nas unidades produtivas. Várias são as famílias que não dispõem de um sucessor, tendo em vista que todos os seus filhos migraram. Em muitas localidades, o envelhecimento da população é um dado concreto associado à masculinização. Em geral, quando existem sucessores, estes são rapazes solteiros. Ainda assim, em significavas famílias, inicia-se um processo de fomento a possíveis sucessores e que envolve também as mulheres, historicamente alijadas dessa condição.

A questão do processo de saída dos jovens do meio rural ainda é recorrente quando se trata dos processos de reprodução da agricultura familiar. Anita Brumer assegura que a despeito de outros aspectos, dois temas são recorrentes quanto à juventude rural: «a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração» (2007, p. 36). Vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura, dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo. Assim, a «invisibilidade e a migração parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural» (Weisheimer, 2005, p. 8).

Em síntese, pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas, a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Se as discussões sobre a saída dos jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual (Brumer, 2007).

A permanência de jovens no meio rural que se verifica guarda uma relação fortuita com uma série de demandas e reivindicações a que esses sujeitos chamam atenção. Brumer cita que essas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles podem decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais (2007, p. 39). Stropasolas lembra que não são apenas os problemas relativos ao acesso à terra ou ao crédito que os jovens mantêm expectativa de serem resolvidos, mas também as políticas de «direito ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, entre outros» (2007, p. 291). E Menasche percebe que a demanda central do jovem «é por um meio rural integrado, que realmente vença a visão dicotômica e que reintegre as

particularidades do meio rural. Ele quer também um meio rural que assegure a sua cidadania» (2007, p. 138).

Rodrigo Kummer elencou em seu estudo pelo menos dez fatores que interferem e incentivam a permanência de jovens no meio rural. Seriam: acesso a renda de forma autônoma; disponibilidade de uma estrutura produtiva mínima; desejo livre e manifesto de permanência; incentivo dos pais para a permanência; possibilidade de participar ativamente das decisões, rumos e proposições no espaço produtivo e doméstico; possibilidade de realização de atividades de lazer no meio rural e urbano; relativização da penosidade do trabalho rural; possibilidade de convivência comunitária; existência de perspectivas efetivas de melhoria de vida no meio rural; leitura positiva de melhorias no meio rural no futuro (Kummer, 2013).

A centralização dessas reivindicações sintetiza uma preocupação com o espaço onde pretendem desenvolver seus projetos de vida. Se o rural se torna novamente interessante, nessas discussões não se deixa de perceber que tanto o campo passa a comportar melhores perspectivas de vida, quanto o meio urbano perde o «encantamento» que por muito tempo foi arrebatador. Como diz Stropasolas, «eles querem uma saída para ficarem no campo» (2007, p. 285). Carneiro vai mais longe, quando trata do acesso aos bens de consumo modernos e tecnológicos, ao afirmar que «a cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que, a meu ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás» (2007, p. 63).

A crescente participação da juventude nas atividades agrícolas, como constatada Weisheimer (2005), contribui para promover a sua permanência. Isso se alia ao contexto de complexificação que o fato de «ser» agricultor familiar denota. Como indica Stropasolas, esta é uma profissão que passa a ser extremamente exigente na sociedade moderna. E os jovens experimentam um grande desafio: «carregam uma tradição que aprenderam, mas são chamados a inovar» (2007, p. 285), algumas vezes em conflito direto com os pais.

Além das perspectivas de modernização, os jovens se percebem envolvidos nas dinâmicas de diversidade produtiva. Não são apenas as atividades de plantar e criar que se vislumbram aos novos agricultores. Viver no campo cada vez mais denota um conjunto significativo de possibilidades. Se não se pode falar em uma única juventude rural, muito menos falar-se-á em uma única agricultura ou uma única perspectiva de rural (Weisheimer, 2005).

Num quadro ampliado de possibilidades e expectativas, abre-se campo para atuação pública de apoio aos processos decisórios dos jovens rurais.

É nesse cenário que se pode localizar as instituições fornecem Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, gratuita e de qualidade. É o caso da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que desenvolve ações voltadas especificamente para o público jovem e suas famílias nos territórios rurais do Estado de Santa Catarina.

Permanência de jovens rurais no Oeste de Santa Catarina e a participação da Epagri

Ao discutir o tema da permanência dos jovens no meio rural em Santa Catarina é necessário considerar o papel da Epagri na questão. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, é um órgão público vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa Catarina. Criada em 1991 numa fusão entre a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC (1956) e a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – EMPASC (1975) (Epagri, 2015), está presente em 293 dos 295 municípios catarinenses com escritórios de atendimento ao público, além de 23 Gerências Regionais, 13 Centros de Treinamento e 13 Unidades de Pesquisa (Epagri, 2018).

Historicamente, a Epagri tende a atender os pequenos produtores. Isso se deve a proeminência de pequenas unidades produtivas em Santa Catarina, e por serem essas que mais expressam demanda, já que as propriedades médias e grandes se vinculam a formas diferenciais de assistência técnica. Em geral, as propriedades maiores têm relação com grandes cooperativas ou com empresas fornecedoras de insumos e que também são os compradores da produção. No caso dos agricultores familiares, a necessidade de acompanhamento, orientação e auxílio técnico é maior e mais urgente. Nesse caso, não se trata de uma demanda por modernização, mas antes uma perspectiva de ajustar meios técnicos à realidade de cada caso específico.

Atualmente a empresa conta com um quadro funcional de 1.717 pessoas, entre pesquisadores, extensionistas e pessoal administrativo (Epagri, 2018). As definições de pesquisa se dão conforme as demandas regionais e a especialização técnica do corpo de trabalho. Já a extensão segue a relação de demandas e estratégias negociadas juntos aos municípios, visto que a existência dos escritórios municipais depende de um convênio firmado entre a empresa e as prefeituras.

Assim, cada região apresenta especificidades quanto às estratégias, articulações e forma de trabalho. Além disso, algumas dessas articulações são desenvolvidas no âmbito de contratos de parceria entre o Estado de Santa

Catarina e agências de fomento, tais como o BIRD (Projeto Microbacias/Bird I, de 1991 a 1999; e Projeto Prapem/Microbacias 2, de 2002 a 2009) e Banco Mundial (Programa SC Rural, de 2010 a 2016).

Entre as demandas atendidas pela empresa está o fomento à produção e produtividade; a atenção ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento de vínculos sociais. A atuação dos profissionais ocorre a partir de programas específicos: Aquicultura e Pesca; Fruticultura; Gestão e Mercados; Grãos; Oleicultura; Pecuária; Capital Humano e Social; Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental.

O Programa Capital Humano e Social – CHS «visa fortalecer conhecimentos, habilidades e atitudes dos agricultores familiares e pescadores artesanais, voltados à cooperação e a solidariedade, contribuindo para o protagonismo e o empoderamento de suas organizações» (Epagri, 2018, p. 19). É estruturado em sete eixos ou linhas de ação: Segurança alimentar e nutricional; Qualidade de vida e desenvolvimento humano; Valorização de aspectos socioculturais do espaço rural e pesqueiro; Relações de gênero e geração; Educação e saneamento ambiental e tecnologias sociais de baixo custo; Organização social; Pluriatividade e multifuncionalidade. Entre estes, o que abarca centralmente as atividades com juventude rural é o eixo de «Relações de Gênero e Geração».

Em relação à juventude rural, as definições estratégicas para o decênio de 2017-2027 do CHS são de «promover ações de valorização e esclarecimento sobre relações de gênero e geração» (Epagri, 2018, p. 50). Nesse sentido, as ações diretas da Epagri propõem uma linha específica definida como «Ação Jovem Rural e da Pesca» e outra sobre «Sucessão Familiar» (Epagri, 2018, p. 51). Além disso, a estratégia prevê atividades específicas de empoderamento das mulheres, abrangendo frontalmente as jovens mulheres rurais, sobretudo quanto à permanência delas no campo. Os resultados esperados quanto as atividades do CHS são:

Comunidades rurais e pesqueiras sustentáveis, fortalecidas em organização, equidade, humanização do trabalho e diversidade sociocultural, econômica e ambiental e equipe de trabalho qualificada, o que inclui ações de segurança alimentar e nutricional, educação ambiental e tecnologias sociais de baixo custo, valorização de manifestações socioculturais, bem como questões de gênero e geração melhor compreendidas com ênfase no papel e na valorização da mulher e de jovens no processo de sucessão familiar. (Epagri, 2018, p. 51).

As atividades da Epagri com juventude rural, no entanto, remontam a períodos mais antigos. Desde a década de 1960, com a popularização dos clubes

4S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), a ACARESC fomentou ações de extensão rural voltadas para jovens e adolescentes no campo. A ideia era potencializar a aceitação e aplicação das inovações técnicas e a modernização do campo pela via dos filhos, tidos como mais receptivos e que influenciariam a quebra de paradigma junto aos pais. O modelo dos clubes 4S tiveram como base os Clubes 4H (*Head, Heart, Hands e Health*¹) nos EUA. Estes, criados a partir de 1902, sustentavam a perspectiva de modernização agrícola por meio das gerações mais jovens.

Em muitos momentos, a Epagri organizou encontros com jovens rurais, seja para o levantamento de demandas, seja para colocar os jovens em contato e gerar uma sinergia. Esses eventos tinham fomento efêmero. Passado o encontro, a articulação dos jovens rurais arrefecia e os problemas, assim como as demandas, tendiam a ser vividos e enfrentados isoladamente.

A estratégia de enfrentamento ordenado veio com a definição da «Ação Jovem». Nessa seara, desde 2012 são desenvolvidos um conjunto de cursos de formação para jovens rurais e da pesca. Esses cursos visam definir um foco e um escopo específico para o público jovem rural, visto que, em geral, os cursos técnicos da Epagri eram frequentados pelos homens adultos, isto é, os pais.

No período de 2012 a 2016, a Ação Jovem Rural e do Mar foi financiada pela parceria da Epagri com o Banco Mundial no âmbito do Programa SC Rural. A proposta de um trabalho segmentado e direcionado especificamente para os jovens foi definida em 2010, com o documento «Proposta – Ação Instrucional da Epagri com Jovens Rurais». A ideia manifesta era de

[...] contribuir na construção de perspectivas de interesses dos jovens, ampliando as possibilidades de sua permanência como protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais de Santa Catarina, fortalecendo a agricultura de forma sistêmica numa ação institucional em permanente atualização. (Gerber, 2016, p. 13-14).

É notória a presença de três termos centrais nessa perspectiva de trabalho: permanência, protagonismo e empreendedorismo. Isso significa que, de maneira geral, o curso foi pensado diretamente em relação aos jovens e o seu desenvolvimento no campo. Muitas vezes as abordagens com jovens os colocam primeiro como parte das famílias rurais. Assim, a questão da juventude era tomada como um «problema» da família e não um grupo social de fato. Pensar os jovens enquanto sujeitos e cidadãos foi e é um passo importante para a abordagem da questão.

Nos documentos norteadores do programa, por exemplo, a permanência é tratada como um direito social. Isto é, permanecer no campo deve ser um direito de escolha livre e esclarecido. Logo, a garantia de condições para a sua efetivação é um ponto central das políticas públicas. O protagonismo é pesando como um valor dos jovens rurais e sustenta sua participação nas relações comunitárias, de liderança e de inovação técnico-produtiva. O empreendedorismo é visto como uma condição e uma saída para a permanência e melhoria de vida dos jovens no campo.

Nesse sentido, as ações fomentam a pluriatividade, a agroindustrialização, a busca de novos mercados. Acrescenta-se que há uma recorrente indicação de ligação entre o desenvolvimento sustentável e a permanência dos jovens no meio rural, apontando que esse público manifesta, também, maior sensibilidade com as questões ambientais.

O desafio apontava para a construção de possibilidades que contribuam com a permanência de jovens no campo como protagonistas e empreendedores. Ou seja, não uma fatalidade de quem não tem outra saída, e sim como seres centrais de um processo de desenvolvimento; mas não um desenvolvimento qualquer ou tão somente financeiro. O desenvolvimento que se iria buscar foi claramente qualificado: holístico, posto que socioeconômico a ambiental. Jovens foram identificados como atores que definiriam como e porque permanecer no meio rural contribuindo com o fortalecimento da agricultura familiar como uma forma de ser e estar no mundo, como uma maneira diferenciada de produção e reprodução de vida; como profissionais que produzem a energia que move o mundo: os alimentos, que, segundo a jovem agricultora Marta, do alo Vale do Itajaí, os faz ter «uma profissão sagrada». (Gerber, 2016, p. 19).

Essa visão é um reflexo das características da juventude rural contemporânea que se posiciona de maneira ativa nas relações de vida no meio rural. Suas expectativas e suas demandas se tornam mais claras, assim como a defesa de seus projetos de vida. Há, como aponta Rose Gerber (2016), uma ruptura nas relações geracionais que explicam as novas definições da juventude rural.

Ao contrário de gerações anteriores, que tinham na agricultura ou na pesca a única forma possível e imaginável, as/os jovens que atualmente compõem o espaço rural e marinho catarinense cada vez mais permanecem por escolha e amor à agricultura e à «vida no campo» ou à pesca e à «vida no mar». Aliem-se a isso demonstrações de uma autoestima fortalecida a partir do reconhecimento, respeito e importância que dão a seus antepassados (pais, mães, avós e avós, tios e tias,

que são seus referenciais de vida), porém com uma vontade imensa de avançar, ganhar seu próprio espaço e se fazer respeitar como seres e profissionais que estão no mundo para fazer a diferença. (Gerber, 2016, p. 13).

A estratégia da intervenção se deu com a elaboração de um curso específico para o público jovem rural e marinho: Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo. O curso ocorre nos Centros de Treinamento, localizados nas sedes regionais da Epagri. A dinâmica utilizada foi similar à Pedagogia da Alternância, visto que os jovens teriam um encontro mensal de três dias com as atividades teóricas e nas semanas seguintes buscariam aplicar o conhecimento.

A reflexão entre teoria e prática, consubstanciada pela adaptação das tecnologias às situações concretas vividas pelos jovens, tornou-se a aposta central para o êxito do curso. Todavia, o foco do curso não é o de apresentar tecnologias produtivas, mas, sim, enfrentar as dificuldades de gestão das unidades, melhorando a capacidade financeira e adaptando as tecnologias às demandas específicas de cada caso. De acordo com Rose Gerber:

Não adianta preparar o jovem, apresentar possibilidades. E gestão? O quanto que entra, o quanto que sai. Ele vê que aquilo ali é um negócio, tanto quanto alguém que trabalha no meio urbano, no sentido de ter de saber se está dando retorno. Outra coisa que o jovem também valoriza: tem que ter lazer! Eles não são mais como os avós e pais. Ah, dizer assim: «descendente de alemão e italiano». Eles não querem mais o chicote nas costas. Eles verbalizam: a gente quer trabalhar, a gente quer ter um nível de vida bom, mas a gente também quer descansar. (Rose Gerber, 2018).

Os participantes do curso são indicados pelos escritórios municipais de cada regional da Epagri, buscando-se uma equidade entre rapazes e moças, embora a maioria do público que afluí ao curso sejam rapazes. Durante o processo de alternância, os jovens recebem assessoramento específico do corpo técnico da empresa em suas unidades produtivas, envolvendo orientações no contexto das famílias.

Os conteúdos do curso foram organizados em três eixos: a) Humano: dedicado a abordar temas como liderança, empreendedorismo, inclusão digital, práticas integradoras, de lazer e autoconhecimento; b) Gerencial: voltado à gestão de negócios e do ambiente; c) Tecnológico: centrado em oportunidades voltadas ao emprego e à renda e à produção agrícola e não agrícola, como turismo e artesanato. (Gerber, 2016, p. 16).

Com duração média de oito meses, o curso é finalizado com a elaboração de um Projeto de Vida. Esse projeto é voltado a inserção do jovem nas dinâmicas produtivas da família, sendo ele o gestor e indutor de uma melhoria ou modificação no contexto familiar. Para efetivar essa proposta, há uma linha de crédito subsidiada que permite o desenvolvimento desse planejamento. Durante a vigência do Programa SC Rural, os recursos desse crédito, em específico, eram concedidos como «fundo perdido», ou seja, não evocando a restituição do erário aos cofres públicos. Essa política pública impactou fortemente na melhoria da qualidade de vida desses jovens e suas famílias, fomentando não só a sucessão rural, mas também o empoderamento desses projetos de vida.

Como aponta Rose Gerber, a Epagri vem buscando se envolver cada vez mais na permanência de jovens no meio rural. A proposta do curso é, então, uma maneira de fomentar e, também, compreender esse comportamento. Entre as demandas técnicas, o Programa Capital Humano e Social tem se debruçado sobre questões que extrapolam a noção da racionalidade técnica. Entre esses elementos, a atenção é maior quanto as questões de gênero e geração, com foco na valorização da mulher enquanto profissional da agricultura.

A desigualdade de condições entre homens e mulheres é fator complicador do desenvolvimento da vida no campo. Segundo Rose, muitas mulheres acabam associando o seu trabalho como uma obrigação do cotidiano e que tem menor impacto nas dinâmicas rurais. Essa discriminação interfere na autoestima e na perspectiva de permanência das mulheres no campo, principalmente entre às moças. Nessa conjuntura, a violência sofrida pelas mulheres tem sido um fator determinante de fuga, embora nem todas possam assim proceder.

Nos últimos anos elas têm nos falado muito – até pouco tempo era muito silencioso a questão da violência no campo e agora elas estão verbalizando e nos pedindo para trabalhar essa questão da violência. As próprias colegas às vezes ficam muito receosas de tocar, mas a partir do momento que elas nos pedem dá uma abertura para a gente trabalhar. E linkando com jovem, além de trabalhar a juventude como recorte de geração, trabalhar a mulher no sentido de ela também participar. (Rose Gerber, 2018).

Percebe-se que a participação das mulheres no curso de jovens ainda é minoritária. Dos 2.228 jovens formados desde 2012, apenas 446 são do sexo feminino, representando 20%, enquanto 1.782 são rapazes, isto é, 80%. Embora o número de jovens atendidos seja expressivo, a relação de gênero em

sua participação indica que o campo e a própria perspectiva de sucessão são dominados por um viés de masculinização.

Ainda são mais meninos, mais homens, que estão participando em espaços públicos. Então a gente observou, no decorrer dos anos, que à medida que as meninas ficavam sabendo do curso, foi aumentando o número de participação delas. Às vezes não é que elas não têm interesse, é que elas não têm o acesso ou não se dão em conta que também é para elas. (Rose Gerber, 2018).

Como aponta Rose, a permanência dos meninos tem relação com o fato do incentivo dos pais e a existência de mulheres dispostas a estabelecerem relações com eles. Já a permanência das meninas está associada a existência de oportunidades, da confiança dos pais em seus projetos. Não se trata de não gostarem do campo, mas das condições para ficarem no campo. «Não é que ela não goste do meio rural, é porque ela vê que não tem lugar pra ela e ela vai embora». As jovens, defende, reclamam oportunidades para demonstrar o talento e o gosto pela atividade.

Falando assim de gênero, é bem focado nessa questão da valorização, seja como pessoa, a autoestima pessoal dela, seja como profissional. Tanto que se trabalha na roça, na propriedade, como alguém que coloca uma pequena agroindústria, porque geralmente ela coloca uma pequena agroindústria, quando é para fora, quando é para ter o nome do empreendimento, ainda sai no nome do homem. E quando começa a dar lucro, daí o homem passa a fazer parte e ele se torna mais visível. Então a gente sempre tenta trabalhar não que a mulher é mais do que o homem, mas essa questão realmente de igualdade. (Rose Gerber, 2018).

O trabalho de extensão da empresa está orientado para focar na abordagem familiar: «não adianta a gente continuar trabalhando a mulher, só a mulher. Tem que trabalhar a mulher e o homem juntos. Se está retomando algo que na extensão antiga tinha que eram os encontros de famílias», comenta Rose. Ainda, segundo ela, a inovação técnica precisa ser adaptada à realidade de cada família e considerar os conflitos presentes em cada caso, além das mudanças de valores entre jovens e pais. Os jovens tendem a perceber sua permanência com base em uma dinâmica de trabalho e consumo que difere da parcimônia com os gastos, posta em prática pelos pais. Rose destaca que os jovens permanecem sob outra perspectiva de vida, com outro olhar sobre o trabalho.

Todos os jovens, é interessante falar, todos, independente de menino ou menina, são jovens hoje que a gente que quando vai para instituições ainda tem aquela visão assim: aí, ele vai ficar no meio rural porque ele não tem saída. O jovem que a gente tá trabalhando ele diz assim: ó, eu quero ficar, é opção. Mas todos dizem: eu quero ficar com acesso à internet, com conhecimento virtual e melhorar as dores do corpo, que é a humanização do trabalho. (Rose Gerber, 2018).

Em relação ao acesso à internet, a Epagri desenvolveu o Programa de Kit Informática no âmbito do SC Rural. Pelo programa foi possível adquirir notebooks e roteadores com subsídios dados pelo governo do Estado. A medida visava a integração dos jovens rurais e a utilização de programas e softwares de gestão técnica. Ainda assim, há o problema de conexão com à internet no campo.

Os jovens que participam dos cursos da Epagri demonstram grande propensão de permanência. Após o curso, essa vontade manifesta tende a se solidificar, visto que o jovem e sua família se organizam melhor para esse projeto de vida, muitas vezes condicionado à sucessão. A participação no curso facilita o convencimento da família (principalmente do pai) e melhora as práticas de trabalho (menor penosidade), em conjunto com a perspectiva e a leitura das possibilidades da vida no meio rural.

Eles dizem assim: às vezes vocês nem falam muita novidade – porque são jovens que a grande maioria fez o primeiro grau, o segundo grau, tem jovens que fizeram universidade –, mas a maneira como vocês colocam possibilidades a gente vê que é possível. Porque uma coisa que faz parte da metodologia são as viagens educativas ou excursões, daí ele pergunta, ele vê outro jovem e entre eles há uma outra dinâmica de troca de informações. (Rose Gerber, 2018).

É tácito que os processos decisórios não são efetivados por meio das ações de ATER. Essas ações possibilitam uma reflexão que amplia o olhar dos jovens e das famílias em relação à sucessão. A negociação e a pressão familiar são indutoras mais claras nessas dinâmicas. Mas não apenas elas. É preciso considerar também as relações comunitárias desses jovens rurais.

É considerável que a participação ativa na comunidade potencialize a permanência dos jovens no meio rural. Isso faz com que se sintam úteis, com o ego massageado, reconhecidos socialmente, além de promover um contato com uma realidade mais densa das relações sociais. As comunidades são espaços de afeto e de conflito, logo, inserir-se e conviver nesse ambiente contraditório promove uma visão ampliada do que é viver no campo. As

responsabilidades que assumem socialmente refletem nas responsabilidades que assumem na família e consigo mesmos.

Nesse sentido, jovens rurais que tenham inserção social em movimentos sociais, questões religiosas, esporte, cursos de formação, cultura, tendem a ser potencialmente mais pragmáticos quanto às decisões de sair ou permanecer. Não é possível medir a influência para um ou para outro caminho, mas é palpável que o processo de decisão acontece com maior profundidade de análise.

Ainda assim, existem dificuldades de organizar ou manter os vínculos comunitários entre os jovens. Numa realidade comunicacional mais expansiva, os jovens rurais tendem a manter vínculos comunitários mais fracos que seus pais. Isso não significa que não participem e doem-se para suas comunidades, mas o fazem com menor afinco, como destaca a extensionista rural Grazielle Schnorr:

A gente vê muito pouco jovem se envolvendo nessa parte de liderança. Tem alguns que são líderes natos, que já vem com isso e tem a vontade de ajudar, mas você não vê mais formação de lideranças, por exemplo, ligadas à Igreja. Presidentes de esporte até você vê às vezes um pessoal mais novo se envolvendo, mas normalmente eles querem distância dessa parte de lidar com pessoas. (Grazielle Schnorr, 2018).

Dessa forma, o que é vivenciado pelos jovens rurais pode refletir num vazio de experiências sociais compartilhadas com outros jovens. Estão imersos em um conjunto de experiências de trabalho, da pressão com as dinâmicas produtivas e com o estresse familiar. Em comunidades com um número maior de jovens, a tendência é de que possam desempenhar relações com outros sujeitos que carregam situações parecidas com as suas. Ali dividem as angústias, expressam suas insatisfações, se fortalecem e compartilham perspectivas futuras.

Para além desse ambiente de conforto psicológico de irmandade, os outros jovens oferecem oportunidade de diversão, de lazer, de relações íntimas, sexuais e afetivas de caráter duradouro. Estar só, portanto, é uma sentença de restrição social, de enfraquecimento de laços e no fim um desencanto frente as perspectivas futuras.

Isso, contudo, não significa ou representa que os jovens rurais estejam isolados. Há uma complexa rede de contatos posta a serviço dessa sociabilidade. A questão é que essas redes demandam grande esforço, envolvimento coletivo, instrumentos de locomoção, capacidade financeira, disponibilidade de tempo e autorização familiar. Essa última é mais efetiva entre os rapazes e uma interdição constante entre as moças.

A saída do campo, por outro lado, não significa em si uma superação do sentimento de solidão. Estar no meio urbano, rodeado por outras pessoas, não significa que ali os vínculos serão efetivos. Estar na cidade é, também, estar longe de casa, distante da afetividade da família, da segurança das memórias, enfim, significa estar fora da zona de conforto.

Nesse sentido, é até certo ponto contraditório que algumas pessoas façam o caminho inverso. Sentem-se solitárias no meio urbano e buscam retornar ao campo, ou mesmo migrar para as áreas rurais. É, sem dúvida, crescente o número de famílias urbanas que tem adquirido chácaras rurais, sobretudo aquelas próximas aos pequenos rios da região. Essa ação, porém, tem algumas especificidades. Apenas em alguns poucos casos esses migrantes ingressam –ou regressam– no campo para serem agricultores de fato, isto é, viver da e na terra.

Em geral são famílias que utilizam esses espaços como áreas de lazer ou de fuga, mas possuem outros vínculos de renda. Além disso, é uma prática mais comum entre casais já aposentados que amealharam recursos para uma área de «sossego». O fator de análise é que o campo representa uma antítese da urbanidade. Tem relação com ligações memoriais afetivas, mas também com uma noção de qualidade de vida, desde que não considere o fator de renda. Na maior parte dos casos, ter uma chácara ou retornar ao campo não tem sido uma decisão de famílias pobres.

Esse se torna um desafio mais complexo para atuação de ATER da Epagri, visto que abordagens grupais e comunitárias tem maior dificuldade de organização. O atendimento é realizado nas unidades produtivas e com grupos de produtores envolvidos com atividades parecidas. Além disso, abordar elementos de cunho social e psicológico para um grupo ampliado representa lidar com vetores que não são exatamente especialidades da entidade. Ressalta-se que o atendimento da Epagri ocorre, sobretudo, entre as famílias que expressam demandas e que manifestam abertura aos métodos e proposições da empresa. Logo, várias lacunas permanecem abertas no campo da ATER.

Perspectivas e experiências de jovens com a Epagri

Os cursos com jovens rurais têm se demonstrado uma estratégia de sucesso desenvolvida pela Epagri. Há nessa metodologia um maior controle no percurso formativo e uma orientação mais clara com base nos processos de sucessão. Essas questões, como dito acima, fizeram parte das ações da empresa de outras formas, sobretudo com palestras e tentativas de sensibilização. Todavia,

os resultados mais assertivos têm advindo dessa abordagem mais aproximada aos jovens e suas famílias, com acompanhamento de médio prazo.

Durante o percurso formativo do curso, os jovens são encorajados a enfrentar os desafios pessoais; expostos a vivência de novas experiências; contato com ambientes formais, espaços urbanizados, estranhos e não controlados. Assim, o curso fornece aderência e potencializa os processos decisórios. O resultado dos cursos tem sido, principalmente, melhorar a visão dos jovens rurais sobre o futuro deles e da atividade.

Conforme Rose Gerber, os jovens rurais estão mais preocupados com a qualidade de vida, com a penosidade do trabalho, com o usufruir de sua renda. São eles também que estão mais propensos às questões ambientais e a sustentabilidade, a garantia de qualidade dos alimentos produzidos, a adequação das exigências do mercado consumidor e, também, ao controle de gestão. Isto é, há um processo de profissionalização da atividade. Essa imagem dos jovens como um estoque de protagonismo rural é, portanto, um elemento que potencializa os discursos positivos em torno da permanência, embora nem sempre isso se traduza nas condições práticas para seguir na atividade.

Como exemplo prático do campo das possibilidades desse protagonismo, veem-se os jovens rurais que fizeram parte dos processos formativos da Epagri. Entre muitos exemplos, destaca-se o de Henrique (27 anos). Em 2013, enquanto aguardava algum sinal mais coerente para definir sua decisão entre ficar ou partir, ele iniciou um ciclo de capacitação oferecido pela Epagri no município de Guaraciaba/Sc. No ano seguinte, em 2014, ingressou no curso de «Liderança, Gestão e Empreendedorismo para Jovens Rurais», também oferecido pela Epagri. Esses cursos, segundo ele, foram decisivos para que considerasse, com efetividade, permanecer no campo: «aí que eu comecei a investir, eu vi que tinha atividades pra pensar, foi melhorando, melhorando e é isso que eu quero».

As experiências dos cursos desencadearam um conjunto de possibilidades para a permanência, potencializando um desejo que estava em análise. Dessa forma, quando questionado sobre o porquê quer ficar, responde pelo gosto que tem da ruralidade. Mas o gosto por si só não é suficiente para definir a decisão, é preciso um impulso externo, nesse caso, dado pelas formações que fez.

Henrique entende que o maior incentivo para a permanência dos jovens é assistência técnica, sobretudo com cursos de média e longa duração que promovam, além do debate estritamente técnico, a valorização dos jovens rurais. Nesse sentido, Henrique relaciona os cursos promovidos pela Epagri. Segundo ele, o papel da Epagri é fundamental, visto que além do contato nos cursos, há um acompanhamento com os jovens, fator fundamental para incentivá-los

a dar prosseguimento com seus projetos e ideias: «a Epagri é diferente, eles veem aqui e conversam contigo, a gente interage, isso faz a diferença». Esse papel é ampliado por abrir um espaço de interação do jovem com a família, mediado pelos profissionais da empresa.

O que eu vejo assim precisa de curso, palestras, essas coisas que eu participei. Isso foi fundamental, orientação técnica. Às vezes o cara tem as coisas, mas não sabe trabalhar com isso. Então às vezes algum detalhe ali tu ajusta, dá um pulo, uma revolução na propriedade que nossa. Eu vejo que falta isso, falta bastante curso e orientação técnica. Tu vai, parece que tu vê lá as coisas, às vezes tu se prende aqui, não vê ou tu vê, mas tu não se toca, não tá preparado. Tá ali, sempre estava ali, mas tu não sabe o que que era, tu não vê aquilo. (Henrique, 2018).

O aspecto mais interessante nesse sentido é que um processo de capacitação em si não é vetor único de permanência de jovens no meio rural. E nem deve ser pensado assim. Não se faz um curso para convencer jovens a ficarem no campo. Os cursos são ferramentas para potencializarem um processo decisório menos traumático e que permita que os jovens que decidam permanecer, possam fazê-lo com melhores condições técnicas e logísticas. Que as famílias possam construir experiências de melhoria de qualidade de vida.

A jovem rural Camila (19 anos) indica que a participação no curso ampliou sua participação no processo de gestão da unidade produtiva, algo que ela não tinha envolvimento até então. As atividades do curso fizeram com que mobilizasse a família para pensar como gerir a unidade produtiva e estabelecer um controle mínimo de gastos, entradas e saídas.

[...] agora aqui no curso, desde que eu comecei, eles já dão em cima pra gente ir fazendo um controle. Aí também comecei a mudar em casa, tipo perguntar quanto que gastou, por que gastou tudo isso, não dava pra ter gastado com outra coisa ou deixar de gastar tanto? Aí eles começaram a me chamar de chata também, não aceitavam, mas agora eles estão vendo aos pouquinhos. Tá difícil mudar o pai, estou tentando, mas quando tu pede cadê a nota do leite? Ah, eu não sei onde que tá e já brigam também. (Camila, 2018).

O processo de documentar a dinâmica financeira e estabelecer um sistema de controle de caixa, com base nas entradas e saídas é uma ferramenta relativamente simples no campo teórico. Porém, na prática essas informações não são exatamente claras e pré-definidas. Além disso, há uma tensão geracional

e de gênero quanto a como e quem de fato «controla» as finanças de uma unidade rural familiar.

Para além dos critérios contábeis e de gestão, o curso também desencadeia uma reflexão sobre a perspectiva da qualidade de vida. Envolve, sobretudo, a questão da alimentação, dos itens produzidos para autoconsumo, segurança, tempo de convivência familiar, entre outros aspectos. Como ressalta Camila:

E sei lá assim, qualidade de vida principalmente, depois que comecei aqui, que nem horta lá em casa a mãe cuidava, mas era só ela, eu não me interessava muito. Aí depois que comecei a ver que comer bem também é importante e faz bem nós aumentamos, fizemos mais espaço e agora eu cuido principalmente da horta lá, a gente aprende muita coisa aqui. E com os animais principalmente mudou bastante lá em casa, tipo o jeito de lidar com eles. Tem sido uma experiência muito boa esse curso. (Camila, 2018).

A amplitude do debate sobre a realidade rural, distanciada de um «romanceamento» e de uma visão trágica, permite que os jovens construam uma visão particular e articulada sobre o campo. Esse vetor é muito importante para que o processo decisório da permanência dos jovens no meio rural seja construído com bases efetivas e não associadas a alguma propaganda externa (Kummer, 2019). Nesse sentido, Patrícia (21 anos) explica que a realização do curso ampliou a forma como compreendia e representava o meio rural, fazendo com que valorizasse experiências e recursos que vivenciava.

[...] aconteceu assim: antes de eu começar esse curso eu enxergava o lugar que eu morava como o fim do mundo, porque é longe, eu moro a vinte e dois quilômetros da cidade. E lá é um lugar assim bem calmo tu pode, de noite tu vai dormir não tem assim os barulhos e coisarada. E daí eu, um dia eu fui, o que que eu fui fazer? Acho que eu fui comer umas frutas e daí eu fiquei olhando assim, pensando, o lugar que eu tenho lá pra viver, que eu posso dizer que é meu, eu tenho tudo o que eu preciso lá ou praticamente tudo. Daí aquilo lá, caiu a ficha sabe, comecei a valorizar mais o que eu tinha lá. Porque lá nós temos o que tu imaginar: carne, frutas, tu tem tudo na mão, tu sabe o que tu tá consumindo e as vezes tu não dava valor a isso. Até foi um pouco descuidada nossa propriedade lá, agora eu estou tentando fazer mais atrativo assim, até visualmente. Mas é uma coisa que caiu a ficha depois que eu fiz esse curso também, que eu comecei a ver o que eu tinha lá. (Patrícia, 2018).

Essa valorização não elimina a possibilidade de um olhar crítico sobre as possibilidades de permanência. Trata-se de um desafio que envolve decisões

complexas e que não estão claramente definidas entre os jovens. A estruturação de um projeto de vida é, por si só, uma construção volátil e em constante mudança. A existência de um curso que permita refletir sobre a viabilidade desse caminho é um fator que qualifica os processos decisórios. Segundo Carla (23 anos) o curso contribuiu significativamente com o seu processo de permanência no meio rural e o fortalecimento de seu projeto de vida. Isso ocorre, segundo ela, porque amplia, entre outros fatores, a perspectiva de perceber alternativas de renda no meio rural.

[..] ajuda bastante, a gente aprende não só sobre o gado de leite. Que nem hoje a gente aprendeu sobre agricultura e tal. Tu vê como é simples, ali tu pode incrementar a renda. Quanto mais coisa, mais aprendizado, conhecimento nunca é demais né?. Então eu sempre busco fazer esses cursos assim e levar uma coisa pra casa e implementar lá na propriedade, é interessante. (Carla, 2018).

Para além dos cursos de formação com maior especificidade, a Epagri vem realizando encontros e reuniões com os jovens e com as famílias rurais. A perspectiva é de que essas atividades tenham uma periodicidade maior e que se articulem de forma complementar aos processos formativos, tais como cursos e dias de campo. De maneira geral, busca-se qualificar as decisões que os jovens e as famílias venham a tomar.

Os eventos organizados pela Epagri com os jovens rurais e com as famílias buscam provocar empatia e estimular o diálogo intrafamiliar sobre o tema da sucessão. A sucessão ainda é um tabu para muitas famílias, visto que envolve mecanismos de herança ortodoxos e delicados. Escolher um sucessor ou incentivar a permanência, mesmo que um desejo, nem sempre é efetivado pelo grupo familiar.

Além do trabalho com os eventos e cursos, os extensionistas e técnicos tendem a provocar o debate sucessório com as famílias rurais. Todavia, a dinâmica de gestão centrada na figura paterna dificulta a integração dos demais membros nos momentos de assistência técnica e restringe a amplitude dessa discussão.

As mulheres e os filhos são distanciados dos processos decisórios e da própria assistência técnica que, em geral, cumpre funções sociais e psicológicas para além da racionalidade técnica. Por isso que cursos, projetos e programas que enfatizem abordagens específicas com jovens e mulheres são importantes para desenvolver o conjunto produtivo familiar. Se um olhar sistêmico é apontado como operacional pela empresa, segmentar suas partes tem também uma importância crucial. O desafio é justamente

superar as barreiras formativas que, dadas as condições, merecem abordagens diversificadas.

De maneira geral, os eventos envolvem uma participação baixa se considerado todo o universo de jovens rurais dos municípios da região. Todavia, se analisados os fatores de realidade do cotidiano produtivo e as dificuldades de abandonar o labor de um dia no campo, a participação era significativa. Os jovens que afluíam para esses eventos tendiam a ser aqueles mais engajados com as dinâmicas comunitárias, religiosas, com a pastoral da juventude rural, com os sindicatos, MST, Universidades, etc.

Os eventos construía-se em processos de parceria entre a Epagri, Sindicatos, Secretarias Municipais de Agricultura, Câmaras de Vereadores, Bancos Cooperativos, Pastoral da Juventude, MST, Cooperativas e Associações de Produtores (sobretudo da cadeia da pecuária leiteira) e empresas privadas que atuam no setor rural. A coordenação era, contudo, sempre da Epagri. Era a empresa que tomava a iniciativa, gerenciava e centralizava os eventos. A logística se alicerça em promover atividades apenas durante um turno (geralmente no período da tarde) e que transcorresse entre as 13h30 horas até, no máximo, às 16h00 horas, haja visto as atividades da pecuária leiteira.

Na maioria dos casos, os objetivos dos encontros de juventude rural são o levantamento de demandas e a formação de Conselhos Municipais da Juventude ou mesmo grupos de trabalho que possam dar suporte e orientação para as atividades dos entes públicos. Estas informações contribuem especialmente para a própria Epagri, que trabalha com poucos técnicos e extensionistas e busca equacionar suas ações a campo.

Em alguns casos acompanhados por Kummer (2019), nas reuniões com jovens formava-se uma comissão para manter um diálogo ininterrupto com os grupos e construir um foro de análise de demandas e de ações. Entre essas demandas está a necessidade de envolver a família no debate da sucessão rural, numa perspectiva de sensibilizar os pais para enfrentarem o tema e discutirem a questão com maior urgência.

Esse trabalho de diálogo familiar visa enfrentar o silenciamento da questão na esfera privada. A região se notabiliza por cercear manifestações públicas e familiares de temas considerados tabus. A sucessão dos jovens rurais envolve o tabu do envelhecimento, da morte e da herança. Muitas famílias rurais não conversam sobre a sucessão. Os filhos tendem a manter silêncio sobre a questão e os pais evitam constranger e constrangerem-se sobre o tema. O resultado mais comum é a migração dos filhos e o isolamento dos pais.

É necessário considerar que os pais, em geral, não querem exercer uma influência decisiva sobre os filhos, preferindo que eles tomem suas decisões

por si próprios. Esse voto de silêncio mútuo faz com que unidades produtivas com grande potencial de sucessão fiquem esvaziadas e jovens que poderiam desenvolver projetos de vida no campo são conduzidos a outras situações sociais, nem sempre aquelas que almejavam.

As dinâmicas dos jovens rurais e suas famílias, portanto, são tomadas como num conjunto de complexidades em relação aos processos decisórios. A existência de políticas públicas e nelas a assistência técnica e a extensão rural são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que fomentem a qualidade de vida no meio rural. A permanência de jovens nesse ambiente é necessária para a existência da ruralidade familiar.

Considerações Finais

Considerando os processos de permanência dos jovens no meio rural, percebe-se a proeminência da existência de políticas públicas que atendam as demandas de jovens e de famílias rurais. Programas de assistência técnica e de extensão rural contínuos e de longo prazo são parte estrutural e necessária. Nesse sentido, o trabalho realizado pela Epagri em Santa Catarina é exemplo claro, ainda que limitado. As atividades desenvolvidas pela instituição, especialmente os cursos e ações formativas voltadas a esse público, têm contribuído não apenas para o aprimoramento técnico, mas também para o fortalecimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisão dos jovens em seus contextos familiares e comunitários.

As ações da Epagri apresentam uma prevalência de significativa influência na construção de projetos de permanência mais bem delineados e negociados com a família. É inegável que existe nesse processo uma expertise a se ser valorizada por outras instituições.

Embora essas ações não constituam, por si sós, uma solução definitiva para os desafios enfrentados pelas juventudes rurais, elas se mostram como um componente importante dentro do conjunto de políticas públicas voltadas ao meio rural. O reconhecimento da juventude como sujeito estratégico para o desenvolvimento sustentável do campo demanda o fortalecimento contínuo de mecanismos públicos, gratuitos e de qualidade, que valorizem o protagonismo juvenil e ampliem o acesso a oportunidades de formação, produção e participação.

Ocorre que a influência dessas atividades tem uma limitação com base na estrutura da instituição, que atende uma parcela pequena da população rural se considerada toda demanda existente. O investimento público nas ações de extensão rural precisa ser definido como uma prioridade e uma política de

Estado. Além disso, não há como sustentar uma ATER qualificada se ela não estiver vinculada às políticas públicas que atuem para solucionar os problemas gerais da população rural.

É inegável que a atuação das instituições públicas implica e influencia a condição e a vida das populações rurais e, dessa forma, impacta o processo decisório e sucessório dos jovens. A ausência de condições representa, efetivamente, uma forma de expulsão dos jovens do meio rural. Trata-se de uma decisão premeditada do poder estatal.

Na análise de campo, fica evidente que os jovens rurais e as famílias assistidas pelas ações de ATER puderam reorganizar suas práticas e estabelecer sentidos mais claros para definir seus projetos. A perspectiva de fomentar o diálogo sobre a sucessão rural no ambiente familiar potencializa a capacidade de cada um desses atores de se posicionar, tensionar as relações estabelecidas e transformar sua realidade.

Verifica-se a importância de uma ATER que acompanhe os atores rurais a longo prazo e que não se restrinja à quantificação de atendimentos, mas que busque a qualificação de seu trabalho. Articular-se com o público rural, com suas comunidades, seu cotidiano e sua cultura é crucial para que os resultados sejam consolidados e não se percam diante de eventuais alterações do mercado. Isso só é alcançado por meio de uma atuação pública da ATER, comprometida com os interesses sociais.

Essa perspectiva, no entanto, enfrenta limitações estruturais. Junto ao trabalho da ATER, é necessário articular políticas públicas que envolvam o acesso à terra; subsídios de crédito; garantia e estabilidade de preços; acesso à educação e à formação técnica continuada; acesso à saúde; direitos trabalhistas específicos para os trabalhadores rurais; fomento ao lazer no meio rural; combate à violência de gênero no campo; acesso às telecomunicações, sobretudo à internet; e garantia de boas estradas.

O trabalho de formação de jovens não elimina a imprevisibilidade e a volatilidade de suas decisões, mas permite compreender melhor como e por que os jovens decidem. Permanecem, contudo, elementos de vulnerabilidade entre os jovens rurais pobres. Quem não possui as condições estruturais para decidir já teve sua decisão tomada pela sociedade. O resultado é a marginalização e a invisibilização. O desafio está em atuar com essa população rural que está sendo expulsa do campo.

Lançar um olhar crítico sobre a sociedade rural significa reconhecer que, sem um projeto de Estado e de nação, as iniciativas isoladas tendem a ruir diante de uma conjuntura de aprofundamento das desigualdades sociais. O exemplo do trabalho da Epagri com jovens rurais no Oeste de Santa Catarina,

relatado aqui, é uma demonstração de que é possível melhorar a vida dessas populações no campo. No entanto, tais iniciativas serão frágeis enquanto nem todo o público e nem todas as demandas forem contempladas. Urge fazer mais.

Nota

1. Cabeça, para pensar; Coração para sentir; Mãos para trabalhar e Saúde para fazer mais para o clube e sociedade (Souza, 2015). [« VOLVER](#)

Bibliografia

- BRUMER, A. (2007). A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X. p. 35-52.
- CAMILA. (2018). *Entrevista concedida a Rodrigo Kummer*. São Miguel do Oeste, 19 de setembro de 2018.
- CARLA. (2018). *Entrevista concedida a Rodrigo Kummer*. São Miguel do Oeste, 18 de setembro de 2018.
- CARNEIRO, M. J.; Castro, E. G. (orgs.). (2007). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- EPAGRI. (2015). *Epagri - 40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri.
- EPAGRI. (2018). *Plano de Gestão Estratégica da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural da Epagri 2017 – 2027*. Florianópolis, SC: Epagri.
- GERBER, R. M. (Org.). (2016). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri.
- GERBER, R. M. (2018). *Entrevista concedida a Rodrigo Kummer*. Florianópolis, 27 de agosto de 2018.
- HENRIQUE. (2018). *Entrevista concedida a Rodrigo Kummer*. Guaraciaba, 22 de março de 2018.
- KUMMER, R. (2013). *Juventude rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNIOESTE, Toledo.
- KUMMER, R. (2019). *Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MENASCHE, R. (2007). Debate. In M. J. Carneiro & E. G. Castro (Orgs.), *Juventude rural em perspectiva* (pp. 136–139). Mauad X.

- PATRÍCIA. (2018). *Entrevista concedida a Rodrigo Kummer*. São Miguel do Oeste, 18 de setembro de 2018.
- RADIN, J. C. (2009). *Representações da colonização*. Chapecó: Argos.
- SCHNORR, G. (2018). *Entrevista concedida a Rodrigo Kummer*. Princesa, 20 de junho de 2018.
- SOUZA, S. B. (2015). *Extensão rural e juventude: a experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950 - 1980)*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- STROPASOLAS, V. L. (2007). Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva* (pp. 279-293). Rio de Janeiro: Mauad X.
- WEISHEIMER, N. (2005). *Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: MDA.
- VALADARES, A. A. et al. (2016). Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: Silva, E. R. A.; Botelho, R. U. (Orgs.). *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. (pp. 59-94). Brasília: Ipea.